



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE/CE

Processo n.º 00503231520208060115

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JANAYNA MONTEIRO DE LIMA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### **DO LAUDO PERICIAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de **1350,00**.

#### **DA LESÃO NO JOELHO ESQUERDO**

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada no JOELHO ESQUERDO seja em decorrência do acidente de trânsito**.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

1. ACIDENTE ÚLTIMO DE COLISÃO MOTO-MOTO: 10h 10min  
 INTERIO EM LORA BICICLISMO, POUQUA PRAIA  
 A - VÍDEO ACIDENTE PÁRQUE, 10h 10min 10min 10min  
 B - MOTO BICICLISMO, 10h 10min  
 C - SINAL DE INGRESSO 2  
 D - 666 9: 14:6 0:1  
 E - 10min 10min 10min 10min  
 10min 10min 10min 10min


**FICHA DE REFERÊNCIA**

Unidade de Origem: Hosp São Camilo

Distrito Sanitário: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_

Nome: Uliana Lorenzetti de Jesus Prontuário Nº \_\_\_\_\_

Sexo: ☒ F ☐ M Idade: 25 Anos Ocupação: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Motivo do Supercampanha: paciente vítima de acidente automobilístico, refere queixas de dor intensa em pé esquerdo associada a edema. Refere ser resultado de lesões de capoteio tipo 1<sup>o</sup>, molesas e umbral no Rase e de pé esquerdo: fratura de 2<sup>o</sup> e 3<sup>o</sup> metatarsos fechada

Conclusão e Realização: Análise e imobilização

Impressão Diagnóstica: fratura de 2<sup>o</sup> e 3<sup>o</sup> metatarsos de pé esquerdo fechada.

Data: \_\_\_\_\_ Hora: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Deste modo, deverá ser desconsiderada a lesão apurada no pé esquerdo, eis que o documento médico que informa a lesão pertence a terceiros estranho ao processo.

### **DA LESÃO NA FACE**

Não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

LIMOEIRO DO NORTE, 13 de abril de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/CE 27954-A**

**FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR**  
**14752 - OAB/CE**